

A “ASCENSÃO PACÍFICA” NA EVOLUÇÃO DA DIPLOMACIA CHINESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Gabriela Granço do Amaral¹

RESUMO: Para o governo da China, uma das principais premissas de sua política externa é que o esforço de desenvolvimento e de modernização do país será conduzido sem abalar as estruturas da ordem mundial, ou seja, será um processo conduzido de forma pacífica e harmoniosa, sem pretensões hegemônicas. Essas premissas foram apresentadas como estratégia nacional sob o nome de “ascensão pacífica”. O termo foi lançado em 2003 por Zheng Bijian, vice-presidente do Central Committee’s Central Party School, durante um Fórum sobre China nos Estados Unidos, e já em 2004 passou a fazer parte do discurso oficial chinês, sendo utilizado pelo presidente Hu Jintao e primeiro ministro Wen Jiabao. Essa expressão, contudo, foi logo substituída por “desenvolvimento pacífico”, mudança que pode refletir disputas de interesses e de poder entre grupos da liderança chinesa e também uma correção das implicações da expressão anterior. Isto consolidou-se em 2005, quando o governo chinês lançou um documento intitulado *O caminho do desenvolvimento pacífico da China*, onde ficavam descritos os objetivos que o país buscava e a forma como o faria. Diante disso, analisar a diplomacia chinesa desde sua constituição como República Popular e as variáveis que envolvem esta estratégia de ascensão/desenvolvimento é de grande importância para a compreensão da política externa chinesa para o século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa; Diplomacia; China; “ascensão pacífica”.

ABSTRACT: For the government of China, one of the main premises of his foreign policy is that the effort of developing and modernizing the country will be conducted without disrupting the structures of world order, ie, a process will be conducted peacefully and harmoniously, without pretensions hegemonic. These assumptions were presented as national strategy under the name of “peaceful rise.” The term was introduced in 2003 by Zheng Bijian, vice president of the Central Committee’s Central Party School, during a forum on China in the United States, and now in 2004 it became part of the official discourse Chinese, being used by President Hu Jintao and Prime Minister Wen Jiabao. This expression, however, was soon replaced by “peaceful development”, a change that may reflect disputes of interests and power groups among the Chinese leadership and also a correction of the implications of the above expression. This was consolidated in 2005 when the Chinese government launched a document entitled *The path of peaceful development of China*, where they were described goals that the country would seek and how would. Therefore, analyzing the Chinese diplomacy since its incorporation as a Republic and the variables involved in this strategy of rise / development is of great importance for the understanding of Chinese foreign policy for the twenty-first century.

KEYWORDS: Foreign policy; Diplomacy; China; “peaceful rise”;

INTRODUÇÃO

A manutenção da paz, a ênfase na construção de um mundo de relações pacíficas e harmoniosas e a promoção do desenvolvimento são temas constantemente abordados nos discursos do governo chinês. A diplomacia chinesa mostrou-se contínua

¹ Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP). Pesquisadora CAPES. Pesquisa sobre a política externa da China desde 2009.

ao longo dos anos, embora também passasse por momentos de reafirmação². Embora coerentes, discurso e ações chinesas no cenário internacional não são isentos de análises e questionamentos. Nos anos 2000 o governo chinês lançou o conceito/ideia de “ascensão pacífica”, que gerou grande repercussão na esfera internacional. Esse princípio tem sido norteador da política externa moderna do país, desde 1978, quando reformas importantes foram adotadas pelo governo.

Sendo assim, tem-se por finalidade discutir a diplomacia chinesa no período que a maioria dos estudiosos denomina como sendo *A Nova Diplomacia da China*³, período este que teve início com a Revolução Chinesa em 1949 com Mao Zedong. Esse recorte também é justificado, pois é a partir desse momento que a China passa a exercer um papel mais proeminente no sistema internacional e supera os séculos em que se considerou humilhada por outros países⁴. Conforme é possível perceber em Qingmin (2011, p.3),

Liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), o povo chinês dos mais diferentes grupos étnicos, após um longo período de lutas difíceis e tortuosas, derrubou a regra do imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático, conseguiu uma nova revolução democrática e fundou a República Popular da China (RPC), em 1949. A diplomacia da China abriu um novo capítulo a partir de então.

Diante da importância que a China possui no sistema internacional, a primeira parte do presente artigo tem como finalidade discorrer sobre o que tem sido a diplomacia chinesa desde a formação da República Popular da China explorando suas principais premissas. Na segunda parte, analisaremos o conceito de “ascensão pacífica”, seu surgimento, suas críticas e até mesmo a mudança para o termo “desenvolvimento pacífico”. Por fim, questionaremos esse conceito, destacando os principais argumentos contrários a ele.

A DIPLOMACIA CHINESA A PARTIR DE 1949

A DIPLOMACIA NO PERÍODO DE MAO ZEDONG (1949-1976)

Apesar das oscilações diplomáticas durante o governo de Mao, pode-se considerar que a diplomacia chinesa tinha aspirações globais. A China iniciou o período aliada à União Soviética, passou a confrontar o imperialismo americano, depois se voltou para o lado americano e rompeu com a URSS, além de liderar o Movimento Não-Alinhado no Terceiro Mundo, que reunia um grupo de países que queria estar

² Um desses momentos de reafirmação foi o protesto na Praça de Tiannamen (1989), onde o uso de força excessiva contra os estudantes fez com que o governo se reafirmasse em suas premissas pacíficas.

³ China's New Diplomacy

⁴ No período de 1840 até 1949, a China passou por opressões de várias potências, iniciando com a Grã-Bretanha em 1840 com a Guerra do Ópio, e passando por França, Rússia, Japão, Alemanha e Estados Unidos, países pelos quais a China sofreu algumas invasões territoriais. Os chineses consideram esse período como sendo de humilhação, pois tiveram sua soberania violada. (PEOPLE, 1997, p.1) Disponível em: <http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>

em posição neutra durante o período da Guerra Fria. (CHUNG, 2007, p.157). Cada um desses momentos será discutido com detalhes nesta parte do trabalho, entretanto, já é possível identificar que o governo chinês estava bem atento aos acontecimentos da esfera internacional e se posicionava de modo a cada vez mais alcançar novos espaços. Prova desse ímpeto internacional chinês foi a carta de 1950 do Ministro das Relações Exteriores da China, Zhou Enlai, para vários países dizendo que a República Popular da China estava disposta a estabelecer relações diplomáticas normais com todos os países. Desde a formação da RPC, a bandeira da política externa chinesa consistia em paz, desenvolvimento, cooperação, além da defesa de uma política externa pacífica independente (QINGMIN, 2011, p.4), reflexo da necessidade de superar os anos em que o país esteve sob influência direta de outros países em assuntos de interesse nacional, conforme destacamos anteriormente.

Em setembro de 1949, o governo chinês lançou o chamado *Commom Program*, onde afirmava que “o princípio da política externa da República Popular da China é a proteção da independência, liberdade, integridade o território e soberania do país, defendendo a paz internacional duradoura e a cooperação amistosa entre as pessoas de todos os países, em oposição à política imperialista de agressão e guerra” (QINGMIN, 2011, p.5). Além do mais, registrou na Constituição de 1954 que o “princípio inabalável das relações exteriores é trabalhar para o objetivo santo da paz mundial e progresso humano” (QINGMIN, 2011, p.6). Apesar dos exageros no vocabulário da Constituição, podemos afirmar que o governo chinês comprometeu-se desde a formação da RPC a buscar soluções pacíficas e promover a cooperação entre as nações. Segundo Qingmin (2011, p.5), embora o governo também afirme que se opõe a qualquer uso da força militar ou ameaça, tanto para conflitos com grandes potências, como para questões delicadas com seus vizinhos⁵, veremos que há pendências na política externa do país que questionam fortemente o quanto os chineses estão dispostos a manter esse discurso.

Apesar dos esforços em estar conectado com o sistema internacional nessa primeira fase da diplomacia da RPC, o governo acabou voltando-se com mais afinco ao seu setor doméstico. Devido aos anos anteriores, a China ainda não havia superado as consequências em sua economia, política e sociedade. Segundo Gonçalves (2005, p.2)

Herdando uma economia falida com taxas crescentes de inflação, agricultura em estado de colapso, sofrendo cronicamente devido a um sistema de propriedade da terra e uma exploração arbitrária e desumana, fome nos campos e reservas cambiais vazias, o novo governo concentrou seus esforços, inicialmente, na reabilitação de um país devastado pela guerra civil.

⁵ “Na última metade do século, a China tem sido consistentemente um proponente dos meios pacíficos, e tem se oposto fortemente em usar ou ameaçar usar forças militares tanto para lidar com suas relações com os grandes países, quanto para liquidar questões passadas com seus vizinhos ou na resolução de disputas internacionais ou calorosas questões regionais, que não estejam diretamente ligadas aos interesses da China” (QINGMIN, 2011, p.5)

No âmbito internacional, a China viu-se isolada devido a problemas com os Estados Unidos, que não deixou o país em evidência no cenário internacional, tema que discutiremos a seguir.

O RETORNO AO TABULEIRO INTERNACIONAL NOS ANOS 1970

Mesmo diante de inúmeros acontecimentos que marcaram a história durante o século XX, a década de 1970 aparece com particular destaque para a compreensão do rearranjo político das relações internacionais, responsáveis por caracterizar a atual configuração do sistema internacional. Nesse período, o mundo vivia um momento peculiar do confronto entre Estados Unidos e União Soviética conhecido como *detente*, que significou uma quebra no padrão tradicional da Guerra Fria e deu início a um período de transformação do conflito.⁶

A importância política-estratégica conferida a este período pode ser entendida quando se analisam as variáveis disponíveis no cenário internacional que poderiam mudar a ordem vigente. Os Estados Unidos iniciaram esta década com um grande declínio de seu poderio no plano internacional, podendo-se até mesmo dizer que a *pax americana* havia acabado (PECEQUILO, 2005, p.190). O país vivia o desgaste da Guerra do Vietnã (1959-1975), além dos impactos da quebra do sistema de Bretton Woods (1971) e da crise do petróleo (1973); fatores que vieram a assinalar a necessidade de uma nova postura estratégica internacional que revigorasse os ânimos da nação.

Richard Nixon e Henry Kissinger, então presidente e secretário de Estado americanos, buscaram analisar quais eram as principais peças do tabuleiro internacional e desenvolver as melhores jogadas para os Estados Unidos permanecerem como líder mundial. Neste tabuleiro, as principais peças eram União Soviética, Europa Ocidental, Japão e China, e cada uma possuía seus respectivos problemas diplomáticos. Um dos principais dizia respeito à China e à União Soviética, que faziam parte do bloco comunista liderado pela própria URSS, possuíam uma vasta fronteira em comum, mas que viviam momentos de tensão neste período, já que um possível confronto entre eles era cogitado.

Assim, temendo uma invasão soviética ao território chinês devido à chamada Doutrina Brejnev⁷, o que aumentaria o poder da URSS no mundo, os Estados

⁶ “A *détente* trouxe concepções inovadoras que sinalizaram um momento diferenciado nas relações internacionais norte-americanas” (PECEQUILO, 2005, p.191) Para entender melhor este período, ver: PECEQUILO, C. S. **A evolução da contenção: novas e velhas tradições**. In_ A política externa dos Estados Unidos. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005. Páginas 189-201.

⁷ A doutrina Brejnev também é conhecida como a Doutrina da Soberania Limitada. Seu principal foco era a defesa da união entre os países e partidos socialistas, visando o alinhamento a Moscou. Na prática, ela acabou restringindo a independência dos partidos comunistas em todo o mundo, o que causava desconforto da China em relação a essa situação. ALMENDRA, M. **Formação Européia, 1989-1991**. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI). Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/formacao_europeia.pdf

Unidos entendem que a aproximação com a China tinha fundamental relevância para o momento. Da mesma forma, a China de Mao Zedong também percebia que a aproximação com os norte-americanos poderia trazer benefícios as suas ambições no plano internacional, bem como esfriar as tensões com a União Soviética.

Estados Unidos e China haviam rompido suas relações diplomáticas após a vitória dos comunistas na Guerra Civil chinesa de 1949 e sua entrada na Guerra da Coreia em 1950. Para Henry Kissinger (2007, p.628), “durante muito tempo, os políticos americanos, cegos pelos seus preconceitos ideológicos, não conseguiram avaliar que a ruptura sino-soviética representava uma oportunidade estratégica para o Ocidente”⁸. A partir do momento que tal percepção se fez clara aos formuladores da política externa norte-americana, o país logo tratou de articular uma reaproximação, afinal, “excluir das opções diplomáticas da América um país com a dimensão da China significava que a América estava a agir internacionalmente com uma mão presa atrás das costas.”(KISSINGER, p.629)

Diante da importância que os países tinham um para com o outro no contexto internacional que se vivia,

Com relativa rapidez, Estados Unidos e China retomaram suas relações diplomáticas – em 1969, as conversações foram reiniciadas; em 1971, a República Popular da China (RPC) passou a fazer parte da ONU no lugar de Taiwan; em 1972, Nixon visitou a China e foi lançado o comunicado de Xangai, seguido por outro mais complexo em 1973, finalizado, em 1979, houve o reconhecimento da RPC e desde então os Estados Unidos perseguem a ‘política de uma só China’ (apesar de não deixarem de apoiar Taiwan, é com a China, com a Grande China, que se desenvolveram as relações diplomáticas formais). (PECEQUILO, 2005, p.196)

A China, no período em que não manteve relações diplomáticas com os Estados Unidos, articulou sua política externa de maneira isolacionista, sutil e indireta. (KISSINGER, 2007, p.633). A real dimensão deste distanciamento só pode ser percebida à medida que o processo de reaproximação se desenvolvia. Kissinger caracteriza essa situação da seguinte maneira:

O isolamento entre América e China fora tão total que nenhuma sabia como contatar com a outra ou como encontrar um vocabulário comum para assegurar à outra que a reaproximação não pretendia ser uma armadilha. (KISSINGER, 2007, p.633)

Portanto, o que se pode inferir é que tal reaproximação tinha caráter estratégico tanto para a China quanto para os Estados Unidos. Ambos os países perceberam que, se próximos, continham o avanço da União Soviética tanto na esfera de influencia

⁸ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Editora Gradiva. 3ª Edição. Lisboa, 2007. Pg.628

chinesa – o que era temido pelo país asiático – como na esfera global – o que não era nem um pouco interessante para a política externa norte-americana. A chamada “carta chinesa” (*China card*) lançada pelos americanos foi fundamental para desestabilizar os intentos soviéticos e determinantes para os rumos dos últimos anos da Guerra Fria, contribuindo para seu desfecho a favor dos norte-americanos.

Da mesma forma, a jogada norte-americana permitiu à China uma reinserção na grande diplomacia internacional, o que se pode considerar um marco na história da política externa chinesa, sendo este apenas um primeiro passo para a sua estratégia mundial de se tornar um país desenvolvido e com grande peso internacional. Considera-se que, a partir do encontro entre Nixon e Mao, a China passou a desenvolver uma “Moderna Diplomacia”⁹, como denominamos anteriormente, cujas diretrizes se concentram no desenvolvimento pacífico, na chamada “ascensão pacífica”.

Na esfera doméstica algumas conquistas foram alcançadas, tais como o fortalecimento do setor estatal, diminuição dos índices de pobreza e taxa de inflação, mas alguns tropeços também foram dados, como foi o caso da política *Grande Salto para Frente*¹⁰.

O país ainda viveu a Revolução Cultural, em 1966, quando Mao exorta a juventude chinesa a lutar contra a burocracia do Partido e também contra as expressões daquilo que para eles representava o atraso feudal e as ideias burguesas. Instaurou-se um período de grande comoção política. Trava-se uma fratricida luta política que paralisou a sociedade pela aplicação de políticas ultra-esquerdistas. Este foi um movimento encabeçado por trabalhadores e estudantes que pretendiam transfigurar a realidade chinesa, atenuando as diferenças entre cidade e campo, rompendo as estruturas hierárquicas formadas no âmbito militar e educacional, além de extinguir a classe burguesa (PIRES, 2007, p.24).

No contexto das relações com os demais países do início da década de 1970 foi singular para a história da política externa chinesa. Definitivamente rompida com a União Soviética desde o começo dos anos 1960, a China via inimigos em seu entorno, desde a Península da Coreia, passando pelo Vietnã, Camboja, Laos e Índia, todos aliados aos soviéticos. O grande inimigo imperialista, os Estados Unidos, diante desse quadro tornou-se um aliado estratégico dos chineses. Em 1971 começaram as aproximações diplomáticas, que culminaram na visita de Richard Nixon a Pequim em 1972. Aquela visita foi um divisor de águas na história da política externa recente da China.

⁹ O termo Moderna Diplomacia foi estabelecido pela autora do presente trabalho para diferenciar o período anterior, de 1949-1973, cujo autores chineses denominam Nova Diplomacia.

¹⁰ Os resultados desta política foram desastrosos, fazendo com o que o governo chinês permitisse que até mesmo as estatísticas desse período fossem falsificadas devido a uma forte pressão ideológica que sofria da parte de suas unidades administrativas (GONÇALVES, 2005, p.5). Para maiores informações sobre o processo da reforma econômica chinesa, veja AMARAL, G. Compreendendo as raízes do crescimento econômico chinês: Uma análise das State-Owned Enterprises (SOEs). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58124454/Compreendendo-as-raizes-do-crescimento-economico-chines-uma-anatomia-das-State-Owned-Enterprises-SOEs>

A DIPLOMACIA DE DENG (1978-1989)

Ainda discutindo sobre a importância da década de 1970 para a diplomacia chinesa, outro marco da década foi a abertura econômica desencadeada por Deng Xiaoping em 1978, responsável por promover o desenvolvimento dos principais setores da economia chinesa, tais como agricultura, defesa, indústria e tecnologia. O encontro entre Nixon e Mao somado as políticas de Deng inauguram uma nova fase na diplomacia chinesa, onde veremos um país mais proativo na esfera internacional. Se para alguns chineses a diplomacia de Mao em 1949 pode ser chamada de Nova Diplomacia, então se pode considerar a diplomacia de Deng a Moderna Diplomacia chinesa¹¹.

O país ainda aborda a paz e o desenvolvimento como os principais temas de sua política externa e diplomacia, persistindo no desenvolvimento econômico como propulsor e consolidador desses objetivos. O governo enfatiza que sua diplomacia visa criar um ambiente internacional pacífico e duradouro, para assim, promover o desenvolvimento doméstico (QINGMIN, 2011, p.5). Para melhorar as relações econômicas com os demais países, além de obter ganhos econômicos para a China, Deng Xiaoping instalou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), o que permitiu a entrada de capital estrangeiro mesmo mantendo forte controle estatal. Tais zonas situam-se no litoral chinês, próxima às regiões portuárias e urbanas e são mecanismos híbridos de administração (Mapa 1).

¹¹ Conforme mencionado anteriormente, a ideia de Moderna Diplomacia como termo para caracterizar o período pós encontro de Mao e Nixon, principalmente após reformas de Deng Xiaoping, foi criado pelo autor do presente trabalho. Até o momento, o termo ainda não foi utilizado por outros autores.

Mapa 1. Zonas Econômicas Especiais da China



Fonte: <http://www.colband.com.br/ativ/nete/cida/linh/vira/4bim/2h1/historia.html>

Após ter retomado as relações com os Estados Unidos no final da década de 1970, a China conseguiu sair do triângulo das superpotências (EUA, URSS e China) deixando com que o conflito se concentrasse entre norte-americanos e soviéticos. Com isso, a China adentra a década de 1980 pronta para maximizar os benefícios de lidar com o mundo em geral. Segundo Chung (2007, p.157), “*Abertura para todos*”¹²foi o princípio chave durante a década de 1980, embora a prioridade fosse dada ao mundo desenvolvido de Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental”.

Além de medidas para a abertura econômica, Deng procurou realizar uma nova rodada de descentralização política, começando por uma reforma fiscal em 1980, denominada “*Eating in separate kitchens*”, ou seja, uma política que separava os setores fiscais das unidades administrativas federais, gerando mais autonomia para o desenvolvimento local; seguida de uma reforma no aparelho de comércio exterior, em 1983 (WANG, 2002, p.5).

O comprometimento com a paz e promoção do desenvolvimento também é assegurada na Constituição de 1982:

A China adere à política externa independente tanto quanto aos cinco princípios de respeito mútuo para com a soberania e integridade territorial, mútua não-agressão,

¹² All-round opening.

não-intervenção nas relações internas de outros países, benefícios igualitários e mútuos, e coexistência pacífica no desenvolvimento de relações diplomáticas e intercâmbios econômicos e culturais com os demais países; a China se opõe de forma consistente ao imperialismo, hegemonismo e colonialismo, trabalha para fortalecer a unidade com os povos de outros países, apoia as nações oprimidas e os países em desenvolvimento na sua justa luta para ganhar e preservar a independência nacional e desenvolver as suas economias nacionais, e se esforça para salvaguardar a paz mundial e promover a causa do progresso humano.(PEOPLE, p.12)¹³

O episódio que veio romper mais uma vez com as diretrizes diplomáticas chinesas, sendo contrária as premissas pré-estabelecidas, foi a tragédia de 4 de Junho de 1989, na Praça de Tiananmen. O episódio conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial foi um protesto feito por estudantes chineses que foi reprimido pelo governo chinês através do uso da força, resultando em muitas mortes. Esse fato gerou uma mobilização internacional que resultou em sanções de países do Ocidente para com a China. Tais sanções forçaram os líderes chineses a olhar para a sua esfera regional ao invés de depender exclusivamente dos países ocidentais, desenvolvendo, assim, a “diplomacia da boa vizinhança”¹⁴ – a primeira política regional que priorizava a Ásia (CHUNG, 2007, p.157).

A China procurou ativamente normalizar as suas relações com países com os quais ela tinha até então relacionamentos instáveis, incluindo Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Vietnã, além dos países não-asiáticos, tais como África do Sul e Israel. A China também tornou-se cada vez mais aberta para cooperação regional e redes multilaterais na Ásia como esforços para ajustar a relativa proporção de bilateralismo e multilateralismo em sua diplomacia. (CHUNG, 2007, p.157)

Na década de 1990 os laços entre a China e os países asiáticos estreitaram-se cada vez mais, principalmente após a crise asiática de 1997, onde a China tornou-se um os maiores doadores de recursos aos países da região. Chung (2007, p.157) afirma que é nesse período que emerge no discurso do governo chinês a “diplomacia da grande potencia com responsabilidades”, ou seja, a China passava a ter mais responsabilidades nas comunidades internacionais e regionais.

Os resultados positivos da Moderna Diplomacia chinesa não tardaram a aparecer, principalmente na esfera econômica, onde o país mantém um crescimento constante durante as duas ultimas décadas. A expansão chinesa encontrou um grande impulso a partir de dezembro de 2001, quando o país entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC) e fez avançar uma série de interesses estratégicos do país. Seu volume de comércio aumentou, sobretudo no que diz respeito á exportação de produtos

¹³ Disponível em: <http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>

¹⁴ A expressão “política da boa vizinhança” também é adotada pelo governo chinês em seus discursos (good neighborly relationships).

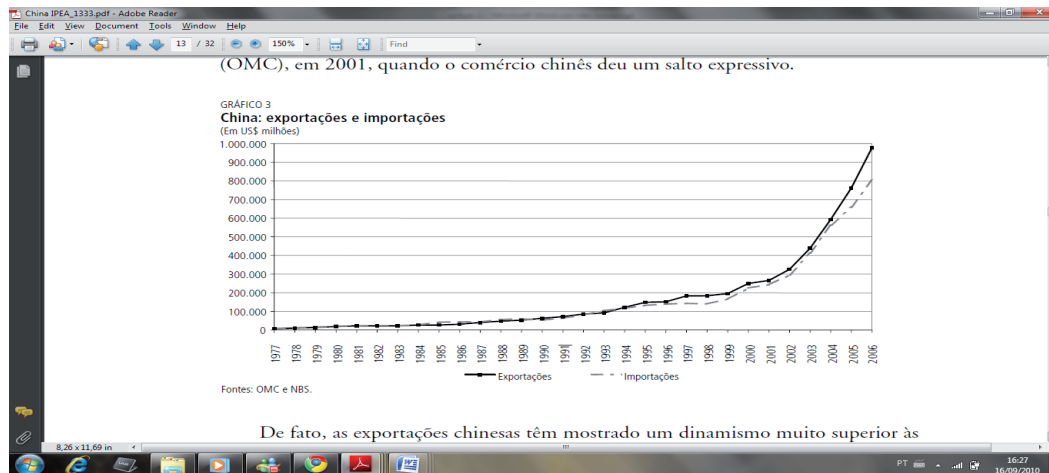
com alta intensidade tecnológica e serviços, no qual assinou uma série de tratados bilaterais (NONNENBERG, 2008, p.10).

Um texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicado em 2008 trata de analisar o crescimento econômico e a competitividade chinesa. Segundo seus autores,

A importância do comércio internacional no crescimento chinês é evidenciada pelo aumento da participação dos fluxos comerciais (importações mais exportações) no PIB. Na primeira metade dos anos 1990, os fluxos de comércio representavam menos de 40% do PIB, subindo para cerca de 65% em 2003 (...) O crescimento da participação chinesa no comércio mundial é um fenômeno que já vem ocorrendo há mais de uma década, mas que se intensificou fortemente nos últimos anos. Um dos marcos recentes na evolução dos fluxos comerciais chineses com o resto do mundo foi o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, quando o comércio chinês deu um salto expressivo. (NONNENBERG, 2008, p.11)

O gráfico abaixo (Gráfico 1), extraído do texto do Ipea, evidencia como as exportações chinesas têm mostrado um dinamismo muito superior do que o restante do mundo. No período de 1985 a 2005, as vendas chinesas no âmbito internacional cresceram cerca de 17% ao ano, o que significa em termos numéricos um valor de US\$42 bilhões no início da série para aproximadamente US\$760 bilhões em 2005. Esse crescimento converteu a participação chinesa no comércio mundial de 1,8% em 1990 para 7,5% em 2005. (NONNENBERG, 2008, p.12)

Gráfico 1: Exportações e Importações chinesas (em US\$ milhões)



Fonte: OMC e NS. In_ NONNENBERG, Marcelo B. et all. *O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa*. Rio de Janeiro, 2008.

Os bons resultados da Moderna Diplomacia também podem ser identificados na tabela abaixo (Tabela 1), onde se mostram os números de países com os quais a China estabeleceu relações diplomáticas em cada período. Percebe-se como o país ampliou suas alianças após reestabelecer às relações com os Estados Unidos, conforme mencionamos anteriormente.

Tabela 1. Número de países com os quais a China estabeleceu laços diplomáticos

Period	No. of countries
1949-1959	32
1960-1969	17
1970-1979	67
1980-1989	16
1990-1999	34
Since 2000	5
Total	171

Fonte: QINGMIN, Zhang. *China's Diplomacy*. The Sinopedia Series. Cengage Learning, 2011.p.10

Em resposta aos crescimentos econômicos exorbitantes e rumores de que a China seria uma ameaça à estabilidade mundial, o governo chinês decide lançar no século XXI um novo conceito para a sua política externa: a “ascensão pacífica”. Esse conceito é considerado o norteador da política externa da China para o século XXI e já gerou questionamentos e polêmicas, que serão tratadas a seguir.

A “ASCENSÃO PACÍFICA”

A DIPLOMACIA DE HU JINTAO: A “ASCENSÃO PACÍFICA” EM FOCO

Após esse processo inicial de fortalecer o setor doméstico, a China passa a se preocupar com as questões internacionais, e nesse sentido, a década de 1970 tem particular importância para a história do país. Em 1978, Deng Xiaoping deu início ao processo de abertura econômica chinês, conhecido como as “Quatro Modernizações”¹⁵, que visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a chamada “Política das Portas Abertas”, que se baseava em promover vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para a China.

Com um novo olhar para o plano internacional, agora com objetivos mais ambiciosos, a China foi crescendo economicamente e ganhando visibilidade a ponto

¹⁵ A ideia das “Quatro Modernizações” foi lançada por Zhou Enlai em 1964, durante o *Third National People's Congress*, e após a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976, foi retomada por Deng Xiaoping.

de se tornar a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão em 2010, de acordo com um documento do World Bank ¹⁶. Nesse contexto, o país lançou uma expressão que demonstrava qual seria o caminho que o país iria seguir em sua política externa para o século XXI e que, segundo o governo chinês, já descrevia os passos que o país vinha dando: “ascensão pacífica”.

Para Qingmin (2011, p.16), o discurso chinês de promoção da paz, busca pelo desenvolvimento econômico e construção de um mundo harmonioso¹⁷, na verdade é a demonstração moderna dos elementos de “amantes da paz” presente na cultura tradicional chinesa. Ou seja, segundo o autor, o conceito/ideia de “ascensão pacífica” seria reflexo da identidade chinesa, presente em sua cultura e origem, que agora havia alcançado uma representação na política externa do país.

Glaser e Medeiros (2007, p.291) afirmam as origens intelectuais do conceito da “ascensão pacífica” estão enraizadas na evolução gradual do processo de reforma da política externa da China, há aproximadamente 25 anos. Todavia, pode-se dizer que o país passou a se preocupar com a formulação de uma nova imagem internacional, principalmente em transmitir o caráter pacífico de suas ações após o incidente de 1989, na Praça de Tiannamen, onde uma manifestação liderada por estudantes foi reprimida pelo Exército Popular de Libertação, gerando muitas mortes e, conseqüentemente, manchando a imagem da China e gerando questionamentos quanto a veracidade de seu discurso.

Wang (2006, p.12) apontam que a primeira aparição da idéia de “ascensão” consta no livro de Yan Xuetong, intitulado “*International Environment for China’s Rise*”, de 1998. Mas, a origem da expressão “ascensão pacífica” em seu sentido completo, ou seja, depois de amadurecer a ideia incipiente do livro mencionado anteriormente, data de 2002, durante uma viagem de Zheng Bijian – o criador do termo – vice-presidente do Comitê Central da Escola do Partido Central (*Central Committee’s Central Party School*), aos Estados Unidos para participar do *China Reform Forum*. Esse fórum tinha como um objetivo discutir qual era a imagem norte-americana sobre a emergência da China nas relações globais. (GLASER, p.294). A preocupação chinesa para com a imagem norte-americana de si centrava-se na possibilidade de, caso essa imagem fosse distorcida, deixar as relações sino-americanas prejudicadas e até mesmo atrapalhar a busca chinesa do status

¹⁶ **China 2030**. The World Bank and the Development Research Center of the State Council of the People Republic of China. 2012. p.23

¹⁷ “Building a harmonious world”, é uma expressão constantemente encontrada nos discursos oficiais chineses. Esse conceito de construir um mundo harmonioso vem ao encontro a ideia da manutenção das relações pacíficas entre os Estados, com a finalidade de torna-las harmoniosas.

de grande potência mundial. Na ocasião, Zheng e sua delegação desenvolveram a idéia de “caminho para o desenvolvimento da ascensão pacífica da China”¹⁸.

Alguns outros autores preferem situar a origem da expressão em novembro de 2003, durante o Fórum de Bo’ao para a Ásia (*Bo’ao Forum for Asia*), como é o caso de Robert L. Suettinger¹⁹. Durante o Fórum, Zheng Bijian falou a respeito do “Novo Caminho para a ‘Ascensão Pacífica’ da China” (*New Path for China’s ‘Peaceful Rise’*), no qual explicitou as principais premissas do novo conceito. Elas se resumem em: não buscar a expansão externa; defender a paz, cooperação mútua e desenvolvimento igualitário (GLASER, p.295). Segundo Zheng Bijian (2003, p.14-17)²⁰

O fato fundamental é que nos últimos 25 anos, desde a sua reforma e abertura, a China tem delineado uma nova trajetória estratégica que não só atende às suas condições internacionais, mas também está de acordo com a maré do tempo. Este novo caminho permite a ascensão pacífica da China através de uma construção independente do socialismo com características chinesas ao participar, ao invés de isolar-se, da globalização econômica. [...] Temos enfrentado muitos testes. O povo chinês, no entanto, nunca titubeou em sua determinação de abraçar o novo caminho para a ascensão pacífica. Na China de hoje, portanto, a reforma, liberalização e desenvolvimento pacífico estão profundamente enraizados no modo de vida e na cultura, que por sua vez, criaram um ambiente seguro para o caminho estratégico da China para a ascensão pacífica. [...] De um modo geral, nas duas ou três décadas que estão por vir, ou no começo do século XXI, a Ásia irá enfrentar uma oportunidade rara na história para a ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia.

Há também outras explicações para o surgimento do conceito/teoria da ascensão pacífica, que não se restringem ao fato de ser uma característica do país e um caminho que já vem sendo seguido. Segundo John L. Thorton (2005, p.19), presidente da *The Brookings Institution*, a teoria da ascensão pacífica também surgiu para fazer um contrabalanço à outra teoria que abordava o tema do crescimento da China, conhecida como a “teoria da ameaça da China” (*China Threat Theory*)²¹. Na verdade, o que fica evidente é que a “ascensão pacífica” tinha como um principal objetivo desmistificar a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX.

¹⁸ O termo foi traduzido de “*the development path of China’s peaceful rise*” ou em chinês “*Zhongguo heping jueqi de fazhan daoli*”. Encontrado em: GLASER, B. S. and Medeiros, E. S. **The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”**. *The China Quarterly*, 190, June 2007, p.294

¹⁹ SUETTINGER, R.L. **The Rise and Descent of “Peaceful Rise”**. *China Leadership Monitor*. Número 12. 2005. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkenaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>

²⁰ Os pronunciamentos de Zheng Bijian encontram-se em: THORTON, J.L. **China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004**. Disponível em: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>

²¹ A teoria da “Ameaça China” foi introduzida no início da década de 1990 e dizia respeito ao status prospectivo do crescimento chinês, que seria uma ameaça para as bases da ordem internacional. (CHOO, 2009, p.395)

Ou seja,

Ao promover o conceito de ‘ascensão pacífica’, os líderes chineses estão, de fato, reconhecendo que eles precisam evitar os tipos de políticas buscadas pelas primeiras potências ascendentes – República de Weimar, Japão Imperial e União Soviética – as quais foram vistas como levando a uma crise sistêmica. Eles querem convencer o mundo de que a China está preparada para fazer parte do sistema internacional sem o desestabilizar. (MOHAN, 2004, p.3700)

Choo (2009, p.395) explica que a ideia de paz presente nos conceitos de “ascensão pacífica”, “desenvolvimento pacífico” e “mundo harmonioso”, principais conceitos da política externa chinesa na atualidade, possuem duas principais características: a) é a essência da política de portas-abertas²², que incorpora a premissa irrefutável de ambiente externo pacífico para o desenvolvimento econômico. Essa ideia confere com a supremacia dos interesses econômicos na política externa chinesa; b) é a abordagem que facilita a ideia de mudanças evolutivas nos meios diplomáticos e estratégicos. O governo chinês defende veementemente em seus discursos o uso dos meios de diálogos e cooperação como melhor forma de consolidar e melhorar as relações diplomáticas.

A ideia de “ascensão pacífica” tornou-se oficial no discurso quando o Premier Wen Jiabao utilizou a expressão em um discurso feito na Universidade de Harvard, já no final de sua visita aos Estados Unidos, em 10 de Dezembro de 2003. Na ocasião, Wen disse que a China era uma potência em ascensão dedicada à paz e, dessa forma, o país iria buscar desenvolver seu mercado interno, aumentando os salários de seus cidadãos; melhorando a sua qualidade de vida; além de buscar na tecnologia e ciência a solução dos problemas ambientais. Nesses ideais, segundo Wen, é que residiam a essência do caminho de ascensão pacífica e desenvolvimento da China. (SUETTINGER, 2004, p.3)

Após essa primeira aparição no discurso oficial, não tardou muito para que o conceito fosse abordado em outra ocasião. Em 26 de dezembro de 2003, durante a comemoração do 110º Aniversário de Nascimento de Mao Zedong, Hu Jintao falou sobre a “ascensão pacífica” ao abordar a temática da política externa no país. Hu disse que a China deveria insistir em tomar o caminho da ascensão pacífica; buscar, junto aos demais países, relações baseadas nos cinco princípios da coexistência pacífica; desenvolver ativamente o intercâmbio e a cooperação com base na igualdade e benefício mútuo, além de contribuir com a paz da humanidade e seu desenvolvimento. (GLASER, 2007, p.298)

Os cinco princípios da coexistência pacífica a que Hu Jintao se referiu foram lançados por Zhou Enlai, um estrategista da diplomacia chinesa, pouco depois da

²²A ideia de “portas-abertas” refere-se a China ampliar suas relações econômicas com países estrangeiros, processo iniciado com a criação das ZEEs, no governo de Deng Xiaoping.

formação da República Popular da China, em dezembro de 1953, durante a visita da delegação indiana à China²³. Os princípios consistem em: (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes²⁴. Eles também são tidos como base para a teoria da ascensão pacífica, juntamente com outras cinco premissas lançadas por Wen Jiabao.

Para o premiê chinês Wen Jiabao, as cinco premissas que estão a seguir seriam essenciais para a ascensão pacífica chinesa e seus objetivos. Segundo ele, elas consistiam em (1) aproveitar a vantagem da paz mundial para promover o desenvolvimento da China e salvaguardar a paz mundial através do desenvolvimento chinês; (2) basear-se na força da própria China e de seu trabalho independente e forte; (3) continuar a política de abertura, atuando ativamente no comércio internacional e trocas econômicas; (4) a ideia de ascensão pacífica estaria presente por várias gerações; (5) e não significaria “estar no caminho de outro país” ou “ameaçar outro país” ou ainda conseguir alcançar a ascensão à custa de uma nação em particular. Ou seja, a China não buscaria a hegemonia mundial, mesmo depois de se tornar mais poderosa. (SUETTINGER, 2005, p.4)

Embora o discurso/conceito/teoria sobre a “ascensão pacífica” parecesse ser a primeira estratégia concreta do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao, caracterizando-se até como a “estratégia nacional” para a política externa, não demorou muito para que seus preceitos fossem questionados. Um primeiro sinal de que a nova estratégia já estaria sendo revisada foi dado pelo presidente Hu Jintao em 24 de abril de 2004, durante a Conferência de Bo’ao. Em seu discurso ele usou expressões como “paz e estabilidade”; “paz e tranquilidade” e “coexistência pacífica”, e não mencionou “ascensão pacífica”. (GLASER, 2007, p.299)

Uma primeira explicação para a ausência do termo está ligada a questão linguística. “Ascensão” no idioma chinês é entendida como *juequi*, que possui em seu radical *jue* a idéia de ruptura brusca; que “aparece de repente (ou ascende) no horizonte” (WANG, 2006, p.2). Isso traz a conotação de que a China desafiaria a realidade, principalmente para aqueles países que também fazem uso dos caracteres chineses, tais como Japão e Coréia. Como já foi observado, o que a China menos queria era seu crescimento fosse compreendido como uma ameaça, que desafiasse o sistema vigente, que quisesse alterar a ordem Mundial.

Uma segunda explicação estaria na questão de Taiwan, que a China considera como parte de si e não como um Estado independente. Advogar uma “ascensão pacífica”

²³ Zhou Enlai. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3606/t44145.htm>

²⁴ Site do governo chinês: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3606/t44145.htm>

conforme o governo estava fazendo, levantaria falsas expectativas para taiwaneses, pois estes acreditariam que a China não faria uso da força em relação ao seu desejo por independência. Assim, o governo chinês tratou rapidamente de acabar com tais expectativas, já que faria uso da força caso isso fosse necessário. Para Shi Yinhonf, professor da Universidade Popular da China, a ascensão chinesa poderia ser barrada se não conseguisse manter a não independência de Taiwan. Além disso, para ele, conflitos locais militares não são contrários à ideia de ascensão pacífica e, pelo contrário, seriam mais fáceis de serem administrados quando inseridos nesse ideal. (GLASER, 2007, p.303)

Choo (2009, p.397) também discorre sobre a mudança no termo ascensão e Taiwan. Segundo ele, em 2005 Taiwan decidiu realizar um referendo sobre os temas de sua independência e eleições presidenciais, mas algumas leis chinesas permitiam medidas militares contras as tentativas de independência de Taiwan e estas aconteceram. Logo, que tais leis chinesas não eram apenas contraditórias com o discurso da ascensão pacífica, mas que auto-negavam esse discurso. Por isso, “percebendo o beco sem saída, os líderes de Beijing renomearam em 2005 a teoria da ascensão pacífica para desenvolvimento pacífico”.

Uma terceira explicação, abordada por Suettingger (2005, p.8), é mais complexa. Para o autor, haveria uma disputa política entre Hu Jintao e Wen Jiabao em relação ao presidente da Comissão Central Militar, Jiang Zemin, e seus apoiadores. A questão envolve a elaboração de políticas, em que Hu e Wen procurariam novos conceitos para implementar, desvencilhando-se daqueles que outrora haviam sido advogados por Jiang Zemin. Isso dá indícios de uma possível disputa de poder. A retirada do termo dos discursos oficiais estaria favorecendo o “lado” de Zemin e seus apoiadores, contrariando a intenção inicial que era de criar algo novo para superar as ideias de Zemin, causando um incomodo pessoal nele em relação à nova estratégia chinesa.

O fato é que, embora as várias explicações sobre a ausência do termo “ascensão pacífica” dos discursos oficiais, a ideia que estava intrínseca a esse discurso apenas mudou de nomenclatura para parecer menos ofensiva. Em 2005, o governo chinês lançou um documento intitulado “O caminho do desenvolvimento pacífico da China” (*China's Peaceful Development Road*), o qual descrevia quais seriam os principais objetivos do país para o século XXI, ou seja, o caminho que seria percorrido pela China no próximo século no que diz respeito à política externa. O documento não fala a respeito da “ascensão” chinesa, mas mantém as concepções que faziam parte dela quando lançada em 2003.

Olhando para nossa história, baseando-se na presente realidade e olhando adiante para o futuro, a China irá inabalavelmente seguir o caminho do desenvolvimento pacífico, fazendo grandes esforços para alcançar um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e harmonioso. [...] Paz, abertura, cooperação, harmonia e win-win são nossas políticas, nossas ideias, nossos princípios, nossa busca. [...] O caminho do

desenvolvimento pacífico da China é um novo começo para a humanidade na busca por civilização e progresso, o caminho inevitável para a China alcançar a modernização, uma escolha séria e uma promessa solene feita pelo governo chinês e pelo povo chinês.” (CHINA’S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD, 2005)^{25 26}

É interessante também destacar a correlação entre os conceitos de paz e desenvolvimento presente no discurso chinês. Na concepção chinesa, a paz é o que garante o desenvolvimento e este é quem assegura a paz (CHOO, 2009, p.396). Ou seja, o governo chinês quer ajudar a promover o desenvolvimento mundial de maneira pacífica, com cooperação, acordos bilaterais e multilaterais, para que esse desenvolvimento seja o garantidor da paz no ambiente internacional. Na verdade, para a concretização da paz no ambiente externo, o governo desenvolveu um conceito específico que também está embutido no conceito de “ascensão pacífica”: construção de um mundo harmonioso. A “construção de um mundo harmonioso”²⁷ é o objetivo da ascensão/desenvolvimento pacífico chinês, o qual o governo visa alcançar por meio de quatro princípios: a) defesa da democracia e igualdade para alcançar a cooperação; b) defesa da harmonia e confiança mútua para tornar real a segurança comum, deixando para trás o pensamento da Guerra Fria; c) defesa da justiça e benefício mútuo para alcançar o desenvolvimento comum; d) defesa da tolerância e criação de uma sociedade aberta para alcançar o diálogo entre as nações (QINGMIN, 2011, p.7-8). A construção de um mundo harmonioso seria, então, o foco da política externa atual chinesa, correlacionando o desenvolvimento e a paz.

Com relação à mudança do termo “ascensão” para “desenvolvimento” pode-se inferir que o governo chinês se preocupou em não dar brecha para que estudiosos e líderes políticos pudessem argumentar que o país iria desestabilizar a ordem com seu crescimento. A China busca se tornar uma grande potência, mas, de acordo com os discursos referentes a sua política externa, o fará de modo gradual, visando o desenvolvimento dos outros países concomitantemente ao seu. Além do mais, é nítida a ênfase dada à “não pretensão à hegemonia mundial”, tanto no documento acima mencionado, onde se lê essa afirmação por várias vezes, quanto nos discursos que ainda abordavam a expressão da ascensão pacífica. Dessa forma, alguns questionamentos podem ser elaborados com relação à toda a história da expressão “ascensão pacífica” nos discursos chineses, desde sua aparição até sua abolição, que resultaram no uso da expressão “desenvolvimento pacífico”.

²⁵ A política denominada *win-win* refere-se a idéia de que as relações chinesas visam que tanto o país saia com benefícios quanto àqueles com os quais a China se relaciona. Ou seja, ambos os lados ganham. O verbo ganhar em inglês é *to win*.

²⁶ CHINA’S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. 2005. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>

²⁷ Termo de em inglês para construção de um mundo harmonioso.

QUESTIONAMENTOS SOBRE A “ASCENSÃO PACÍFICA”

O fato de a nomenclatura da estratégia nacional chinesa quanto a sua política externa ter se alterado levanta suspeitas e questionamentos. O primeiro que se pode fazer é quanto à intenção da substituição do termo “ascensão”. Como se observou, na primeira vez que a expressão “ascensão pacífica” foi lançada, Zheng Bijian estava em um Fórum sobre a reforma chinesa nos Estados Unidos, onde se discutia a imagem americana sobre a China. Mesmo diante das explicações referentes à problemática linguística da expressão “ascensão”, é possível questionar se a principal preocupação chinesa foi a de não levantar mais olhares para sua política externa.

Uma peculiaridade em relação ao debate sobre a “ascensão pacífica” é que este permitiu que estudiosos, não apenas chineses, pudessem se envolver com o tema. A política externa chinesa não era tema em debates acadêmicos, mas começou a ter mais repercussão após o lançamento da “ascensão pacífica como estratégia nacional”. Wang (2006,p.4) discute sobre essa característica quando diz:

O que faz o discurso da heping jueqi [ascensão pacífica] interessantemente distinguível dos discursos anteriores é que é mais pertinente para os próprios interesses, intenções e políticas domésticas e internacionais da China do que como os chineses deveriam perceber seus vizinhos e o resto do mundo. O que também é interessantemente sem precedentes é o fato de que o conceito foi primeiramente adotado por líderes políticos e, então, caiu nas declarações oficiais obtendo repercussões domésticas desfavoráveis, enquanto seus iniciantes ainda eram capazes de usar o termo em publico.

Dessa forma, pode-se perguntar se um dos intentos de mudar de “ascensão” para “desenvolvimento” não visava reduzir os holofotes com relação à política externa chinesa, principalmente para países como Estados Unidos e Japão, tornando-a menos polêmica e mais aceita, já que evitaria confrontos tanto com a hegemonia mundial quanto com o vizinho desenvolvido.

Outro possível questionamento diz respeito à essência das expressões. Autores como Wang, Bonni Glaser e Evan Medeiros, por exemplo, afirmam que a idéia de “ascensão pacífica” não foi modificada mesmo após o termo ser trocada por “desenvolvimento pacífico”. Ou seja, os mesmos anseios que estavam dispostos com o conceito de ascensão ainda permanecem no conceito de desenvolvimento. Sendo assim, embora se trate de “desenvolvimento”, a China estaria interessada em ascender no cenário internacional até chegar ao status de potencia.

Nesse sentido, se a essência do discurso permanece a mesma – com outras palavras – pode-se até questionar se realmente a China não anseia a hegemonia mundial, já que esse era um dos temores com o discurso da “ascensão pacífica”. O fato de os chineses constantemente afirmarem que não buscam a hegemonia, faz com que

se questione se isso não seria apenas uma questão de discurso, mas que na essência a realidade seja outra. Xuetong Yan (2001, p.33-34) afirma que, logo após a derrocada da União Soviética, a ascensão da China atraiu a atenção internacional e, aos olhos do povo chinês, o declínio da China foi um erro que deveria ser corrigido. Para o autor, a pergunta que os chineses constantemente se fazem é: “por que a China não é a número um do mundo?”.

Logo, saber se a China quer ou não se tornar uma hegemonia é uma pesquisa que vai além da análise do discurso, mas exige uma análise das ações propriamente ditas, já que, nas palavras de Kissinger (2007, p.11), “quase que por uma lei natural qualquer, em cada século parece emergir um país com poder, a vontade e o ímpeto intelectual e moral de moldar todo o sistema internacional de acordo com seus próprios valores”.

Taiwan é outro fator de inflexão. Conforme observado ao longo deste trabalho, Taiwan foi um dos motivos pelos quais o termo “ascensão pacífica” foi alterado. Nesse sentido, levando-se mais uma vez em consideração de que a mudança dos termos não implicou uma real mudança nas estratégias chinesas, pensar que a China poderia fazer o uso da força contra a independência de Taiwan faz com que a política externa chinesa seja questionada quanto ao seu verdadeiro pacifismo. Afinal, se a proposta é que os países que se relacionam com a China tenham ganhos próprios e se desenvolvam (*win-win policy*), como ficariam as relações com Taiwan?

Há também questionamentos teóricos sobre a “ascensão pacífica” que não poderiam passar despercebidos. Alguns autores de relações internacionais possuem posições totalmente diferentes quanto à ascensão pacífica chinesa, como é o caso de Barry Buzan e John Mearshimer. Buzan (2010) mostra-se mais otimista quanto ao sucesso da “ascensão pacífica”, enquanto que Mearshimer (2004) acredita ser impossível tal feito na história. Os autores são de correntes teóricas diferentes, sendo Buzan da escola inglesa²⁸ e Mearshimer neorealista, o que também justifica as oposições nos pensamentos.

Buzan (2010, p.5) define o conceito de ascensão pacífica como um meio para que um poder crescente seja capaz de ter tanto ganhos relativos como absolutos, tanto em no âmbito material (econômico) quanto em seu status (político). Para ele, a “ascensão pacífica” envolve um processo de duas vias: uma em que o poder em ascensão se acomoda às regras e estruturas da sociedade internacional e a outra, que ao mesmo tempo, outros poderes acomodam algumas mudanças nessas regras e estruturas por meio de uma nova disposição do poder e status. Ou seja, o processo de ascensão pacífica envolve tanto a China ter que se adaptar às regras da sociedade e suas estruturas e os

²⁸ A Escola Inglesa oferece uma abordagem alternativa para o realismo, liberalismo e marxismo ao entender o que as estruturas das relações internacionais e como elas funcionam (BUZAN, 2010, p.7)

demais países se adaptarem às alterações na sociedade que foram desencadeadas pelo crescimento da China.

O autor destaca três desafios pelos quais o governo chinês terá que passar para o sucesso da política externa: a sua relação com os Estados Unidos; sua relação com o Japão e sua relação com a sociedade internacional²⁹. Com relação aos Estados Unidos ele aponta três pontos de tensão nas relações entre os países: a) a China tem dependido da liderança dos Estados Unidos na ordem internacional para prover a estabilidade necessária para seu próprio desenvolvimento; b) a China quer evitar ser atraída para um conflito com os Estados Unidos como outros poderes emergentes não-democráticos tiveram; c) a China se ressentida e se opõe, confrontando a hegemonia norte-americana e a estrutura de poder unipolar (BUZAN, 2010, p.22). Ele resume dizendo,

O perigo é que a ascensão da China se torne menos dependente dos Estados Unidos e mais oposta à sua liderança e que os Estados Unidos se sentam mais ameaçados pelo crescimento de seu poder e revisionismo. O resultado benigno é que a ascensão da China se torne cada vez mais integrada à sociedade internacional, sendo mais uma grande potência *status quo* responsável, e não sendo vista como uma ameaça aos Estados Unidos. (BUZAN, 2010, p.22-23)

Buzan também afirma que, embora a intenção chinesa não seja ocupar o lugar norte-americano, a ascensão da China, pacífica ou não, coloca a hegemonia dos Estados Unidos em questionamento. A presença norte-americana na região asiática também é destacada por Buzan (2010, p.25), que argumenta da seguinte forma: se a presença dos EUA gerava estabilidade na região, sua ausência também seria um desafio para a China na região, já que esta teria que assumir responsabilidades maiores das que já possui.

Com relação ao Japão, Buzan acredita ser a questão mais delicada para a “ascensão pacífica” e ainda considera que as relações sino-japonesas são as mais importantes na atualidade, principalmente quando se analisa a história das relações entre estes países. Para Buzan (2010, p.27),

Um relacionamento ruim com o Japão é a contradição notável para a possibilidade de a China ascender pacificamente dentro de sua região, e lança dúvidas em toda a retórica da ascensão/desenvolvimento pacífico. Se a China não consegue obter um bom relacionamento com as grandes potências vizinhas, isso também prejudica seus apelos para um sistema internacional multipolar harmonioso.

Para Buzan (2010, p.28), uma das questões críticas para todo o debate sobre o futuro da China como potência ou superpotência é a capacidade chinesa de estabelecer

²⁹ Sociedade internacional é um conceito desenvolvido por Hedley Bull, no livro *A Sociedade Anárquica* (1977). O autor define sociedade internacional como sociedade de Estados, ou seja, é um grupo de estados que partilham certos interesses e valores comuns, tornando-se ligados por regras comuns e que participam de instituições comuns.

algum tipo de relação consensual com sua região. Alcançar esse objetivo é plataforma para o status de superpotência; fracassar no balanço de poder com Japão e outros países da região é limitar sua esfera de atuação à Ásia. Assim, para o autor, as relações com o Japão são mais determinantes para o futuro da “ascensão pacífica” do que os possíveis conflitos com Taiwan, como foi mencionado anteriormente.

O último desafio para a “ascensão pacífica” que Buzan considera é a relação da China com a sociedade internacional. O desafio se resume em o governo chinês conseguir deixar claro para a sociedade o que ela realmente é e quais suas verdadeiras intenções. Para Buzan (2010, p.33), o governo chinês precisa se esforçar para ver a si mesmo como os outros veem para que, então, consiga alcançar sua ascensão/desenvolvimento pacífico.

Apesar dos desafios apontados por Buzan, o autor é otimista quanto à ascensão pacífica chinesa, mas alerta que os próximos trinta anos serão mais difíceis do que os trinta passado e que, para manter sua ascensão, a China precisa pensar mais sobre si mesma e sobre a sociedade internacional, a qual é hoje o principal ator, principalmente em como articular essas duas esferas.

Esse processo irá criar inevitavelmente algumas tensões, mas sabendo que a China não pode repetir sua experiência dos últimos trinta anos, estas tensões são os preços inevitáveis de sua ascensão. A China tem como escolher quais formas estas tensões terão, e se desempenhar bem o seu papel, as tensões não precisam ser incompatíveis com a “ascensão pacífica”. [...] A China precisa ter mais atenção à distinção entre os níveis regional e global e na interação entre eles. (BUZAN, 2010, p.34)

Mearshimer (2004), por sua vez, discorda de Buzan, pois não acredita que uma ascensão pacífica seja possível. Ele resume as principais características do sistema internacional como sendo: a) os Estados como os principais atores de um sistema anárquico, o que significa que não há uma maior autoridade sobre os Estados; b) todas as grandes potências possuem capacidade militar ofensiva, o que significa que possuem meios para ferirem umas as outras; c) nenhum Estado pode ter certeza das intenções de outros Estados, principalmente de suas futuras intenções (MEARSHIMER, 2004, p.160). Diante disso, ele afirma que “num mundo onde os Estados podem ter intenções malignas e também capacidades militares ofensivas, os Estados tendem a temer uns aos outros”.

Ao fazer um breve relato de como os Estados Unidos alcançaram a hegemonia mundial, o autor compara o processo americano ao processo chinês e afirma que “é provável que a China tente dominar a Ásia assim como os Estados Unidos dominaram o Ocidente. Especificamente, a China buscará maximizar a lacuna de poder entre ela e seus vizinhos, principalmente Rússia e Japão” (MEARSHIMER, 2004, p.163). E isso

causará instabilidade no sistema, como outrora ocorrera na história. Ou seja, a premissa de ascensão sem desestabilizar a ordem é inválida para Mearshimer.

Quanto à presença norte-americana na Ásia, de forma cômica, o autor afirma: “Qual Estado em sua sã consciência iria querer outros Estados poderosos alocados em sua região? Todos os chineses com certeza se lembram o que aconteceu no século passado quando o Japão era forte e a China era fraca. No mundo anárquico da política internacional, é melhor ser o Godzilla do que o Bambi” (MEARSHIMER, 2004, p.163). O autor insiste que é muito provável que a China siga os mesmos passos que os Estados Unidos, instaurando doutrinas, impondo culturas e determinando as políticas, especialmente em sua esfera regional. Ele argumenta dizendo: “Por que eu deveria esperar que a China agisse de maneira diferente de como agiu os Estados Unidos? Eles tem mais princípios do que nós temos? Mais éticos? Menos nacionalistas? Menos preocupados com sua sobrevivência? Eles não são nada disso, é claro, e é por isso que é provável que a China imite aos Estados Unidos e tente se tornar uma hegemonia regional.”

Assim, o autor acredita que a China irá intimidar os Estados Unidos e isso desencadeará tensões no sistema internacional, podendo ou não ocasionar conflitos. Para o autor, assim como a história demonstrou, é improvável que uma nova potência emergja no sistema sem trazer constrangimentos ao mesmo e gerar mudanças. Ou seja, a possibilidade de uma “ascensão pacífica” é remota. “O fato é que política internacional é um negócio sórdido e perigoso e nenhuma quantidade de boa vontade irá melhorar a competição intensa pela segurança que se instala quando um aspirante a hegemon aparece na Eurasia”. (MEARSHIMER, 2004, p.163)

Portanto, há mais questões com relação à “ascensão pacífica” do que respostas. Mesmo que o governo chinês altere suas nomenclaturas políticas, a política externa chinesa para o século XXI tem muito a ser analisado e questionado.

REFERÊNCIAS

- CHUNG, Jae Ho. *China and Northeast Asia: A Complex Equation for 'Peaceful Rise'*. Political Studies Association. Vol.27(3). 2007. p.156-164
- GLASER, B. S. and Medeiros, E. S. *The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise"*. The China Quarterly, 190, June 2007, p.291-310.
- GONÇALVES, Arnaldo; *China's swing from a planned Soviet-type economy to an ingenious socialist market economy: An account of 50 years*. 2005. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/programas/asia/19.pdf> Acesso 28/08/2010 17:09
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Editora Gradiva. 3ª Edição. Lisboa, 2007.
- MEARSHIMER, John. *China's Unpeaceful Rise*. Current History. Research Library. 2006. p.160-163
- MOHAN, C. R. *China's "Peaceful Rise": The Ryme of the Ancient Mariner*. Economic and Political Weekly. Vol 39. No.33. 2004. p. 36999-2702. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/4415413>

- NAISBITT, John and Doris. *China's Megatrends – The 8 pillar of a new Society*. 1ª Edição. HarperCollins Publisher. Nova York, 2010
- NAUGHTON, Barry; *China: Economic Transformation Before and After 1989*. Draft prepared for the conference 1989: Twenty Years After. University of California, Irvine. November 6-7, 2009
- NONNENBERG, M. B.; LEVY, P. M.; NEGRI, F. D.; COSTA, K. P. da. *O crescimento econômico e a competitividade chinesa*. Texto para discussão n° 1333 – IPEA. Rio de Janeiro, Abril/2008.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005.
- PIRES, M. *O Consenso de Washington e o Consenso de Pequim: a Inserção de Brasil e China no Processo de Globalização*. 2007
- QINGMIN, Zhang. *China's Diplomacy*. The Sinopedia Series. Cengage Learning. 2011.
- SUETTINGER, R.L. *The Rise and Descent of “Peaceful Rise”*. China Leadership Monitor. Número 12. 2005. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkennaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>
- THORTON, J.L. *China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004*. Disponível em: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>
- WANG, Jisi. *“Peaceful Rise”: a discourse in China*. Pekin University. 2006. Disponível em: http://www2.lse.ac.uk/newsAndMedia/news/archives/2006/Wang_Jisi.aspx
- YAN, X. *The rise of China in Chinese eyes*. Journal of Contemporary China. Vol. 10. 2001. p.33-39. Disponível em: <http://blog.hiddenharmonies.org/wp-content/uploads/2010/02/yxt.pdf>.

Data de submissão: 04/09/2012

Data de aprovação: 28/10/2012

